



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

JACIARA DO ROSÁRIO MAGALHÃES CARDOSO

**EFETIVIDADE NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
uma análise da produção científica do SPELL**

Cachoeira
2022

JACIARA DO ROSÁRIO MAGALHÃES CARDOSO

**EFETIVIDADE NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
uma análise da produção científica do SPELL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Santos Cerqueira

Cachoeira
2022

JACIARA DO ROSÁRIO MAGALHÃES CARDOSO

EFETIVIDADE NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: uma análise da produção científica do SPELL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 03 de agosto de 2022



Lucas Santos Cerqueira – Orientador
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade
Salvador - UNIFACS
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Siélia Barreto Brito
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia -
UFBA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Ivana Tavares Muricy
Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

CARDOSO, Jaciara do R Magalhães. EFETIVIDADE NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: uma análise da produção científica do SPELL. 37. 2022. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2022.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é abordar como o conceito de Efetividade na Avaliação de Políticas Públicas é discutido na produção científica do *Scientific Periodicals Electronic Library* - SPELL. Para isso, primeiramente, realizou-se um levantamento de todos os artigos que citavam a palavra efetividade, conjuntamente com políticas públicas. A partir da busca na base de dados SPEEL, foram encontrados 18 artigos que discutiam o conceito de Efetividade e 71 que não continham o conceito, mas que apenas citavam a palavra. Trata-se de um trabalho descritivo e exploratório, e se justifica pela importância de conhecer a trajetória de produção científica em um determinado campo, especificamente o debate sobre a Efetividade em Políticas Públicas, tendo em vista o crescente interesse por esse tipo de avaliação. Dentre os artigos que contém o conceito foi possível verificar que todos tratam a Efetividade nada mais como o resultado esperado para a solução do problema apresentado, ou seja, o alcance dos objetivos. Alguns autores consideram que a efetividade é o mesmo que a soma da eficiência e da eficácia, ao atingir as metas definidas no prazo e orçamento estabelecidos e com isso conseguir apresentar um resultado final para todos.

Palavras-chave: Avaliação, Efetividade, Políticas Públicas. Produção científica. SPELL.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - ARTIGOS COM A PALAVRA EFETIVIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS ENCONTRADOS NA BASE SPELL	22
QUADRO 02 – ARTIGOS QUE DISCUTEM O CONCEITO DE EFETIVIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS	22
QUADRO 03 – EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES POR ANO.....	24
QUADRO 04 – CONCEITOS DE EFETIVIDADE NOS ARTIGOS ENCONTRADOS NA BASE SPELL.....	26
QUADRO 05 – ARTIGOS QUE DISCUTEM O CONCEITO DE EFETIVIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS COM MAIS CITAÇÕES NO GOOGLE ACADÊMICO	27

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

SPELL - Scientific Periodicals Electronic Library

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.8
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	10
2.2 CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	12
2.3 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
2.4 EFETIVIDADE EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
5 CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS BIBLOGRÁFICAS	29
APÊNDICE A - QUADRO COM OS ARTIGOS QUE APENAS CITAM EFETIVIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS, MAS NÃO CONCEITUAM	Erro! Indicador não definido.32

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Faria (2003), em seus primórdios, as políticas públicas eram consideradas quase exclusivamente *output* ao sistema político, o que justificava o fato da atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos *inputs*, isto é, nas demandas e articulações de interesse. Dessa forma, antes que a análise das políticas públicas fosse reconhecida como uma subárea da ciência política, os estudos recaíam nos processos de formação de Políticas Públicas, “o que parece refletir o status privilegiado que os processos decisórios sempre desfrutaram junto aos pouquíssimos profissionais da área” (FARIA, 2003:21).

Na compreensão das características dos processos de Avaliação de Políticas Públicas, o conceito de efetividade está ligado ao resultado no sentido mais amplo, em uma perspectiva que procura observar se este ocasionou de fato mudança na realidade social que se propôs (ARRETCHE, 2003).

O presente trabalho procurou demonstrar como o conceito de Efetividade em Avaliação de Políticas Públicas está sendo discutido nos artigos científicos dos últimos anos. Especificamente, fazendo uma análise a partir da produção científica da base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library – SPELL*, uma das mais importantes atualmente, sendo mantida e gerenciada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD.

Apesar de ter iniciado em 2012, o SPELL “consiste em uma ferramenta virtual que agrega a produção científica disponibilizada de forma eletronicamente por periódicos nacionais das áreas de Administração Pública e de Empresa, contabilidade e Turismo, reunindo artigos científicos, artigos tecnológicos, pensatas, entrevistas, editoriais” etc. (SPELL, 2022). Cabe reportar, que a base contempla trabalhos científicos de anos anteriores a sua criação, o que permite uma pesquisa mais aprofundada nos trabalhos dos periódicos disponibilizados na plataforma.

Além disso, o SPELL “organiza a produção científica, proporcionando a localização de trabalho que atendam a um ou vários critérios combinados de busca os quais podem ser salvos ou compartilhados pelos usuários” (SPELL, 2022). Ainda é possível citar que o SPELL desde 2016 se tornou um indexador importante, com indicadores de impactos utilizados na classificação de alguns dos periódicos das

áreas de da área de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo (SPELL, 2022).

Ainda como objetivo do trabalho, procurou-se verificar: a) Os artigos com mais citações no *Google Acadêmico*; b) Os autores mais utilizados pelos artigos sobre o conceito de Efetividade; c) As diferentes abordagens conceituais sobre efetividade em políticas públicas; d) As principais áreas de estudo sobre efetividade em políticas públicas.

O SPELL é um sistema de indexação, pesquisa e disponibilização gratuita de produção científica, que possibilita a disseminação de informação científica por meio do envio de arquivos. O usuário também pode compartilhar com amigos *links* e textos completos, e a sua efetividade é resultado dos serviços e produtos usados para atingir o objetivo da gestão, utilizando dos recursos próprios, como a produção científica que é efetiva nas pesquisas de artigos de diversos temas, possibilita uma pesquisa completa nos diversos temas de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo.

O estudo se justifica pela importância de se compreender a efetividade dos resultados das políticas públicas. Para que se tenha uma base sobre os instrumentos usados nas políticas públicas implementadas, que se faça o uso adequado dos recursos utilizando o mínimo possível, e que obtenha a finalidade definida e ainda evitar desperdícios. Quando uma administração se torna efetiva é mais fácil de desenvolver, os programas implementados são realizados com o menor custo possível e ainda cumprem o seu objetivo, satisfazendo todo seu público alvo.

Os resultados são almejados ao implementar uma política pública para solucionar determinado problema da comunidade e saber resolver com eficiência, eficácia e efetividade, saber usar os recursos que se tem, e evitar os desperdícios não só do erário público como também de outros recursos importantes, como o conhecimento dos envolvidos, o tempo e a energia.

A primeira parte deste trabalho apresenta livremente o tema de efetividade e seus conceitos, de acordo, com alguns autores que tem visões diferentes e outros iguais ao conceituar a efetividade na Avaliação de Políticas Públicas. Na sequência, descreve os procedimentos metodológicos utilizados neste levantamento, a análise dos artigos em questão e considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo pretende abordar os principais conceitos estruturantes deste estudo. Primeiramente, apresenta-se uma discussão sobre políticas pública e o seu ciclo e posteriormente aborda-se a discussão sobre Efetividade em Políticas Públicas.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Souza (2006) alguns dos principais fundadores da área de Políticas Públicas são: H.Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D.Easton. Cada autor com uma contribuição diferente em relação ao campo.

Laswell (1936 apud SOUZA, 2006) usa a expressão análise de políticas públicas na procura por conciliar conhecimento científico/acadêmico com as experiências dos governos, em diálogo com os cientistas e grupos de interesse.

Já Simon (1975 apud SOUZA, 2006) introduz o conceito de racionalidade limitada daqueles que tomam as decisões. Lindblom (1979 apud SOUZA, 2006) ponderou que além das questões da racionalidade é importante analisar o papel das eleições, das burocracias dos partidos e dos grupos de interesse para a análise das políticas públicas. E, por fim, Easton (1965 apud SOUZA, 2006), definiu como um sistema, ou seja, uma relação entre o objeto e o ambiente.

Do ponto de vista conceitual, políticas públicas pode ser um instrumento através do qual compreendemos os problemas sociais, auxiliando os analistas a ter uma visão mais ampla deles e procurando formular ações que visem à solução desses problemas (PEDONE, 1986).

Já Secchi (2010) enfatiza na definição de política pública a noção de problema público. Este seria uma diferença entre o *status quo* problemático e uma situação ideal possível. Nas palavras de Secchi, “Para que um problema seja considerado ‘público’, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas” (p.7).

Para Lima (*et al*, 2018) políticas públicas seriam a mudança social diante das intervenções aplicadas num dado problema que afeta a sociedade como um todo. Contudo, podemos procurar resumir e deixar mais fácil compreender esse campo de políticas públicas que procura reduzir o número de problemas uma vez que é voltado para objetos práticos estudando os problemas que se relacionam com o seu desenvolvimento.

Como exemplo de políticas públicas, podemos citar os programas do governo (LIMA *et al*, 2018). Esses programas são formados por projetos, que operam as ações, complementam os autores E, com isso, pode-se concluir que as políticas públicas estão no nível estratégico, os programas no nível tático, e os projetos no nível operacional.

Para Secchi (2010), em sua obra trás logo no início algumas definições de políticas públicas, e mostra a diferença entre *politics* e *policy*. Ele destaca essa diferença porque nos países latinos esses dois termos têm a mesma tradução única: política. Sendo que, política enquanto *politics* diz respeito às formas de obtenção e manutenção do poder sobre os homens, já o termo *policy* remete a política em um sentido mais concreto de orientação para decisão e ação.

A partir dessa distinção básica, Secchi (2010) define Política Pública como uma diretriz para a resolução de um problema público.

O autor ressalta que qualquer definição levantada para a conceitualização sobre o que é uma política pública é arbitrária, já que alguns pontos como exclusividade dos autores estatais na elaboração das políticas, referência à omissão ou negligência. Ele tem um posicionamento teórico quanto ao conceito de política pública quanto á essas condições: 1) Políticas Públicas não são exclusivas de autores estatais. Quando autores estatais são implementadores de uma política, esta se chama política governamental uma subclasse de política pública; 2) Uma política pública esta sempre vinculada a uma intenção, logo não diz respeito a atos que envolvem omissão; 3) Considera políticas públicas tanto as macrodiretrizes estratégicas que respondem por políticas de estado e sociedade global , como as diretrizes intermediárias e operacionais direcionadas a sub-regiões como municípios ou políticas administrativas e de organização governamental local (SECCHI, 2010).

Secchi (2010) apresenta ainda os tipos de política pública, mas primeiramente relata a mudança de paradigma na ciência política tradicional ao considerar que a *policy* determina a *politics* seguindo o critério do impacto na sociedade. Os tipos são: 1) Políticas regulatórias: estabelece padrões de comportamento, 2) Política distributivas, que geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores, 3) Políticas redistributivas, que concedem benefícios concentrados a alguns grupos de atores, 4) políticas constitutivas, que definem as competências, jurisdições regras da disputa política e da elaboração de Políticas Públicas. Secchi afirma que é importante lembrar, que as fronteiras entre esses tipos de políticas públicas não são definitivas, podendo uma política pública se enquadrar em mais de um tipo definido.

2.2 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

É através do ciclo das políticas públicas que se tem uma visão para usar um método baseado na proximidade do andamento de certo problema e nem sempre tem o reflexo real da situação, pois muitas vezes as fases não seguem uma sequência lógica, podemos tomar como exemplo o “modelo da lata de lixo” criado por Cohen, March e Olsen (1972 apud SECCHI, 2010) em que mostra que muitas vezes a solução nasce antes do problema (SECCHI, 2010).

Mas apesar de alguns entraves com o ciclo de políticas públicas, ele tem uma utilidade, pois ajuda a organizar as ideias e também faz o complexo se simplificar além de ajudar políticos e administradores e pesquisadores a criar um referencial para casos complexos (SECCHI, 2010).

O primeiro passo do ciclo é a identificação do problema. Trata-se de ver a real situação bem distante daquilo que gostaria que fosse realmente. O problema público pode adquirir importância no decorrer do tempo, pois uma coisa que começa pequeno e vai ganhando uma dimensão enorme, como, por exemplo, um pequeno buraco no asfalto em uma das principais estradas da cidade, que se não for tomada uma providência para solucionar, pode se transformar em uma cratera criando com isso dificuldades para os transportes circularem nas vias, e há outros tipos de problemas em que os administradores não dão à devida atenção a ele e a

população aprende a conviver com esse problema, como é o caso das favelas nas periferias das grandes cidades (SECCHI, 2010). Os políticos têm interesse em identificar o problema e procurar soluções, pois é através dessa solução que acham oportunidades de demonstrar seu trabalho e justificar a sua existência no poder público (SECCHI, 2010).

O segundo passo do ciclo que é a formação de agenda. Que pode tomar forma de programa de governo e de acordo com Cobb e Elder (1983 apud SECCHI, 2010) existem dois tipos de agenda: a Agenda Política – onde se concentra os problemas que merecem a intervenção pública; E a Agenda Formal, que o problema já é de conhecimento do poder público. E ainda tem a Agenda da Mídia, a que recebe atenção especial dos diversos meios de comunicação, para chegar ao conhecimento de todos, e é muito grande o poder que essa agenda possui sobre a opinião pública, muitas das vezes os problemas entram e saem da agenda. Segundo Cobb e Elder (1983 apud SECCHI, 2010) existem três condições para que um problema entre na agenda política: a) Atenção – enxergando a situação como merecedora de intervenção; b) Resolubilidade – as ações fazendo acontecer, e c) Competência – o problema é assumido pelo governante que deve garantir oferta de serviços em favor da coletividade.

Segundo o autor Leonardo Secchi (2012), Políticas Públicas cuidam do conteúdo das tomadas de decisões e as atuações dessas tomadas totalizam as ações, planos e metas dos gestores ao cumprimento de uma finalidade que é o bem comum da população a quem se destina e com isso buscando uma finalidade e para melhor visualizar e interpretar a política pública é elaborado por ciclos para que se tenha uma melhor organização.

Em relação ao Ciclo de Políticas Públicas, segue uma descrição das etapas:

- a) **Identificação do Problema** – de um modo geral toda a situação pública que afeta a vida das pessoas de maneira negativa, pode ser encarado como um problema, como, por exemplo, uma catástrofe natural que afeta a vida de pessoas de determinada região (SECCHI, 2010).
- b) **Formação de Agenda** – Depois que se admite a existência do problema público dos quais devem resultar ações e políticas públicas voltadas para a

solução desse problema, essas ações são vistas através de um planejamento orçamentário ou um programa de governo (WOHLKE, et al 2016, p.65).

- c) **Formulação de Alternativas** – Constitui a fase de planejamento das ações previstas na agenda, em que são definidos seus objetivos, marco jurídico, administrativo e financeiro (SECCHI, 2010). A etapa de elaboração de alternativas é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos, sendo que um mesmo objetivo pode ser alcançado de varias formas e por diversos caminhos, complementa o autor.
- d) **Tomada de Decisão** – essa fase é vista como a etapa que sucede a formulação de alternativas de solução, pensar sobre uma determinada situação problemática, fazendo a sua avaliação e tentando encontrar uma solução, tomam decisões com base no estudo de alternativas, ou seja, tornam-se o problema já estudado, os objetivos já definidos e então se busca escolher qual alternativa é mais apropriada em termos de custo, rapidez, ou qualquer outro critério para a tomada de decisão (SECCHI, 2010).
- e) **Implementação da Política Pública** – Essa fase sucede a tomada de decisão e antecede os primeiros esforços avaliativos, e nessa fase que regras rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações (O TOOLE JR, 2003 apud SECCHI, 2010). É no momento da implementação que funções administrativas como liderança e coordenação de ações são postas à prova.
- f) **Avaliação** – É a fase de ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou, a avaliação ocorre em três fases, para saber se as metas foram atingidas, que consiste em uma análise posterior dos efeitos produzidos pelas políticas públicas, uma anterior no sentido de avaliar a efetividade da ação, e ao longo de sua implementação no sentido de monitorar o processo de implementação para fins de ajustes imediato. Os principais critérios usados para avaliação: Economicidade, Eficiência, Eficiência administrativa, Eficácia e Equidade.

g) **Extinção** – O ciclo de políticas públicas também tem um fim (SECCHI, 2010, p.53), os estudos sobre término ou extinção de Políticas Públicas ganharam impulso a partir da década de 1970, nos países desenvolvidos, de acordo com Giulan (2005 apud SECCHI, 2010) as causas da extinção de uma política pública são basicamente três: 1 – O problema que originou a política é percebido como resolvido; 2-Quando a política pública é percebida como ineficaz para resolver o problema; 3 – O problema público, mesmo não sendo resolvido, perdeu sua importância e sai da agenda política e do programa de governo que para Meny e Thoenig (1991, apud SECCHI, 2010) esta é a causa mais comum.

2.3 – AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

“Avaliar significa determinar o valor de algo, atribuir um valor” (FERREIRA, 1999, TREVISAN apud VAN BELLEN, 2008, p.555). Mas para Ala-Harja e Helgason (2000 TREVISAN apud VAN BELLEN, 2008) advertem, de início, que não existe consenso quanto ao que seja avaliação de políticas públicas, pois o conceito admite múltiplas definições, sendo algumas delas contraditórias. A área de políticas públicas é transcorrida por uma variedade de disciplinas, instituições e executores, abrangendo diversas questões, necessidades e pessoas, complementam.

Para os autores Ala-Harja e Helgason (2000:8 TREVISAN apud VAN BELLEN, 2008, p.535) definem avaliação em termos simples, afirmando que *“o termo compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetos propostos”*. Combinando contribuições de diversos autores, Garcia (2001:31 TREVISAN apud VAN BELLEN, 2008) define que avaliação: *“é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido”*.

As avaliações podem ser um “problema” para os governantes, executores e gerentes de projetos porque os resultados podem causar constrangimentos públicos. As informações e resultados das avaliações podem ser usados pelo público e pela imprensa para criticar os governos, da mesma forma que, em caso de “boas notícias”, os governos podem usá-las para legitimar as próprias políticas, como ganho político etc. (TREVISAN e VAN BELLEN, 2008, p.536).

Nas décadas de 80 e 90 a avaliação de políticas públicas foi posta a serviço da reforma do Estado. Foram atribuídas três funções distintas a avaliação: informação; realocação e legitimação. Derlien (2001 *apud* FARIA, 2005) defende que nos anos de 1960 a 1990, os objetivos da avaliação teriam passado de função de informação para a de realocação. Para Faria (2005), é possível distinguir pelo menos quatro tipos de uso de avaliação:

- a. **Instrumental:** “O uso instrumental para a tomada de decisão depende não apenas da qualidade da avaliação, mas também da adequada divulgação de seus resultados, de sua inteligibilidade e da factibilidade das recomendações eventualmente propostas” (p. 102).
- b. **Conceitual:** “[...] usualmente circunscrito aos técnicos locais do programa, a quem não é com freqüência atribuído um maior poder de decisão. Nesse caso, as descobertas da avaliação (e o seu próprio processo de realização) podem alterar a maneira como esses técnicos compreendem a natureza, o modo de operação e o impacto do programa que implementam” (p. 103).
- c. **Como instrumento de persuasão:** “O uso da avaliação como instrumento de persuasão, por seu turno, dá-se quando ela é utilizada para mobilizar o apoio para a posição que os tomadores de decisão já têm sobre as mudanças necessárias na política ou programa” (p. 103).
- d. E para o “**esclarecimento**”: “[...] nem sempre é propositado, mas que acarreta, pela via do acúmulo de conhecimento oriundo de diversas avaliações, impacto sobre as redes de profissionais, sobre os formadores de opinião e sobre as *advocacy coalitions*, bem como alterações nas crenças e na forma de ação das instituições, pautando, assim, a agenda governamental”. (p. 103).

Para Ramos e Schabbach (2012) a avaliação é um instrumento aplicado para boa eficiência do gasto público e na boa gestão em ser eficiente e eficaz ao mesmo tempo. Ou seja, atingir as metas definidas no prazo e orçamento estabelecido e apresentar um resultado bom para o Estado. Não existe uma única definição para avaliação. O intuito da avaliação é orientar os gestores quanto à necessidade de se manter ou da continuação de um determinado programa (RAMOS E SCHABBACH, 2012).

A avaliação tem como objetivo relatar sobre as metas atingidas dos programas e projetos do governo e sobre as dificuldades encontradas no caminho de execução, a avaliação é um dos principais instrumentos de gestão das políticas públicas (NNANI & FILHO, 2016). A avaliação tem uma importância multivariada:

[...] a avaliação pode apresentar diferentes propósitos e aplicações e, assim, conseqüentemente, ter usos variados dos seus resultados. Todavia, é essencial ressaltar que o lugar e o sentido da avaliação no ciclo das políticas dependerão da compreensão epistemológica, filosófica e metodológica da natureza de realizar o processo avaliativo em políticas e programas, em consonância com o compromisso ético dos avaliadores e dos tomadores de decisão para com o bem-estar social (GARCIA, 2020, P.36).

Para Costa e Castanhar (2003) a avaliação tem alguns momentos importantes e cruciais: avaliação *ex ante* – que se caracteriza por uma etapa anterior ao processo de implementação da política pública; avaliação *in-itinere*, que pode ser entendida como monitoramento, ou avaliação no decorrer da implementação e avaliação *ex-post*, que se caracteriza por ser ao final da implementação. Esse estudo faz um levantamento da produção científica cujo foco é um tipo de avaliação *ex-post*.

Com esse conceito pode-se dizer que avaliação filtra o que, se quer obter em metas e o resultado obtido, a avaliação faz a verificação da conquista dos objetivos, fazendo uma comparação da meta com os resultados e auxilia no encontro de falhas e algo incorreto durante o processo.

2.4 – EFETIVIDADE NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Através das Políticas Públicas que o Estado promove o direito a saúde, educação e moradia e também tem a finalidade de acabar com a pobreza e diminuir as desigualdades regionais e sociais, programas são implantados para que solucione os problemas da população. A construção das Políticas Públicas é devido aos surgimentos dos problemas da comunidade. A elaboração das Políticas Públicas parte do instrumento que será usado para se chegar ao resultado almejado para aquele problema, e o instrumento usado tem que ser bem avaliado, pois dele depende o sucesso ou não das políticas públicas implementada e a escolha desse

instrumento vai depender muito do problema e da solução, o executor deve acompanhar toda a implantação e os atos praticados, para que estes sejam encaminhados para sua real finalidade sociais a que foi proposta e com isso obtenha o resultado desejado (AGUIAR & HABER, 2017).

Para Costa e Castanhar (2003) a efetividade é um dos critérios utilizados na avaliação de um programa e indica se o mesmo tem efeitos positivos. Segundo os autores a Administração Pública brasileira não tem tido a preocupação de avaliar programa público em geral, nem os programas sociais em particular. Tem-se a necessidade crucial e urgente de se obter mais eficiência e maior efetividade nos investimentos governamentais, em programas sociais (COSTA e CASTANHAR, 2003).

A avaliação sistemática por ser considerada uma ferramenta poderosa para aumentar a efetividade dos recursos aplicados em programas sociais, e meios adequados para avaliar o resultado de suas decisões e ações (COSTA e CASTANHAR, 2003). Para eles,

O problema central a investigar nesse caso é a efetividade do programa e, para conseguir esse intento, se recorre a mecanismos que permitam estabelecer relações causais entre as ações de um programa e o resultado final obtido. O objetivo desse tipo de avaliação pode ser definido como sendo o de identificar os efeitos líquidos de uma intervenção social. À semelhança da avaliação de metas, descrita anteriormente, essa abordagem é realizada após o encerramento do programa ou de etapas do mesmo (P. 980).

Nessa modalidade de avaliação, vai ser proposto avaliar os efeitos produzidos sobre uma determinada comunidade alvo (de um programa social) e o resultado obtido por esse programa, procura ver se as atividades foram executadas e se os resultados que esperavam foram alcançados. O alvo dessa avaliação é conhecer em que medida foram modificadas as condições de um grupo ou comunidade, e vendo p objetivo alcançado, e na medida em que foi estabelecida para que acontecesse o resultado esperado, tendo sido positivo no final (COSTA e CASTANHAR, 2003).

No âmbito da teoria constitucional, Silva (2012) denomina efetividade de eficácia social e a relaciona com o alcance dos objetivos da norma, com o “produto final”; diferentemente da eficácia jurídica, que implicaria a aplicabilidade, exigibilidade ou executoriedade da norma.

Segundo o manual da Unicef os critérios mais comuns utilizados na avaliação da gestão de programas públicos além da efetividade são:

Eficiência – termo originado nas ciências econômicas que significa a menor relação custo/benefício para alcance dos objetivos estabelecidos no programa.

Eficácia – medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas. (COSTA e CASTANHAR, 2003).

O conceito de efetividade é abordado através dos objetivos alcançados, e trata da capacidade de maximizar resultados e minimizar recursos, ou seja, obter resultados positivos utilizando dos recursos que se tem e a geração de impacto e de efeitos no longo prazo dos serviços públicos, e fazer o que tem que ser feito e ter a capacidade de alcançar os objetivos almejados para o bem comum. A melhoria tão esperada por todos para sanar os problemas que surgem para a população.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho buscou trazer o conceito de efetividade em diversos campo da Avaliação de políticas Públicas, pesquisados na base de produção científica do SPELL onde usuário pode fazer uso de diferentes critérios para realizar a busca de artigos ou outros documentos de seu interesse. A ferramenta de busca simples permite ao usuário pesquisar a partir de termos utilizado no título do documento, nome do autor, periódico, palavra-chave, resumo ou ID (número de registro). Já na busca avançada, é possível a utilização de filtros adicionais de pesquisa, como o período de publicação, tipo de documento, área de conhecimento ou idioma do texto. Por meio da pesquisa avançada, o Spell permite ainda combinar diferentes campos de busca, usando operadores E e OU a fim de produzir um resultado mais refinado e preciso.

Na aba Periódicos, o usuário pode conhecer os periódicos que estão presentes no Spell. Por meio da pesquisa alfabética ou por termos do título do periódico, é possível saber qual o período de cobertura da produção de cada um dos periódicos disponível no Spell, acessar a página específica do periódico e conhecer as edições publicadas., verificou-se que o conceito de efetividade diverge de um autor para outro, e muitos desses autores com quantidades de citações utilizadas na elaboração do trabalho.

Além de pesquisar, o usuário do SPELL também pode salvar documentos de seu interesse clicando em Texto Completo em PDF. Se desejar, o Spell também dá a opção ao usuário de salvar em lote os arquivos em pdf de vários documentos. Para tanto, basta selecioná-los e utilizar a função SPELL It. O Spell também permite ao usuário selecionar vários registros resultantes de diferentes procedimentos de busca e salvá-los em uma pasta temporária, chamada Minha Pasta. O usuário pode enviar um arquivo de cada vez ou em lote para a Minha Pasta, por meio da função Spell It. Depois disso, pode continuar pesquisando no Spell normalmente.

É uma pesquisa descritiva. Foi feito um levantamento na base de produção científica SPELL, onde foram feitas buscas em artigos com conceitos de 'efetividade' nos descritores. Sendo que foi inserida a palavra 'efetividade' com ponto e vírgula e

políticas públicas no plural. A pesquisa foi feita levando em consideração os descritores no resumo, títulos e palavras-chave. Foram encontrados 72 artigos.

Também se utilizou a palavra política pública no singular juntamente com 'efetividade' e ponto e vírgula e foram encontrados mais 38 artigos. Do total, 18 artigos abordavam o conceito de efetividade. Dois artigos foram descartados, um não continha a palavra 'efetividade' e o outro por não estava disponível para download.

Os artigos encontrados, abordam temas variados desde gestão de pessoas, social, a avaliação de programas públicos, e conselhos gestores, varejo de serviços públicos, terceiro setor, a efetividade de programas sociais dentre outros. Foi feito quadros com os conceitos da efetividade e seus respectivos autores, foram destacados os artigos com mais citações no Google Acadêmico e também os autores mais citados nos artigos encontrados com conceito de efetividade, a escolha dessa base de dados se deu por SPELL ser desde 2016, um indexador, cujos indicadores de impacto são utilizados na classificação de periódicos do Qualis/Capes da área de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Dos artigos encontrados na base do SPELL, dezoito conceituam a Efetividade e setenta e um não a conceituam. Sendo que os que têm o conceito têm relação com a Administração Pública e com implementação de programas sociais.

QUADRO 01 – ARTIGOS COM A PALAVRA EFETIVIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS ENCONTRADOS NA BASE SPELL

COM CONCEITO	SEM CONCEITO
18	71
TOTAL: 89	

Fonte: Elaboração Própria (2022).

Os artigos aqui estudados abordam diversas áreas sobre a Efetividade, como: gestão social, e de pessoas, o terceiro setor que envolve as entidades filantrópicas, varejo de serviços públicos voltado para satisfazer as necessidades ou desejo dos consumidores finais, programas, setor de telecomunicação, política pública ofertada pelo poder judiciário, os modelos de democracia liberal, participativa, deliberativa, representativa, educação superior – PROUNI, políticas públicas de turismo, cooperativismo, efetividade da lei de incentivo a cultura, avaliação, análise de impacto.

QUADRO 02 – ARTIGOS QUE DISCUTEM O CONCEITO DE EFETIVIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Nº	TÍTULO	AUTORES	ANO	PERIÓDICOS
01	Avaliação de Políticas Públicas Culturais – Modelo de Análise da Efetividade da Lei de Incentivo à Cultura	Carolina Edom Piccoli, Aracéli Cristina de S. Ferreira, José Ricardo Maia de Siqueira.	2020	Sociedade, Contabilidade e Gestão.
02	Relação entre o desempenho de gestão e as variáveis que influenciaram a eficiência e a efetividade do programa Bolsa Família	Tiessa de Jesus Alves, Simone; Alemandro Leite Filho, Geraldo; Eduardo Bezerra, George	2020	APGS – Administração Pública e Gestão Social
03	Análise de Impacto ex ante de Políticas Públicas: Desafios de uma Agência Reguladora no Desenvolvimento Local	Luciano D'Ascenzi, Luciana Leite Lima	2019	RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social
04	Implementação de Políticas Públicas de Assistência Estudantil: estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade	Wandilson Alisson Silva Lima* Eduardo Davel	2018	ORGANIZAÇÕES EM CONTEXTO
05	Políticas Públicas Estaduais para o Cooperativismo no Tocantins Uma Análise das Ações da Seagro no Período de 1988 a 2012	Josivaldo Alves da Silva Airtton Cardoso Cançado Miguel Pacífico Filho	2017	Editora UNIJURI

06	UMA ABORDAGEM SOBRE A EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DOS PROJETOS E AÇÕES, DE CUNHO SOCIAL, OFERTADOS PELO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Gustavo Afonso Santi Rossi, Waldir Jorge Ladeira dos Santos	2016	Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
07	Avaliação de Políticas Públicas de Turismo: Aspectos Metodológicos e os Resultados da Avaliação do PRODETUR em Parnamirim/RN (2005-2012)	Renata Mayara Moreira de Lima, João Bosco Araújo da Costa	2015	PRODETUR
08	Programas de subvenção às atividades de PDI: uma comparação em biocombustíveis no Brasil, EUA e Europa	Felipe dos Santos Pereira Jose Vitor Bomtempo Flavia Chaves Alves	2015	RBI - Revista Brasileira de Inovação
09	A EFETIVIDADE DA CIDADANIA NO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: UM ESTUDO DE CASO DO NOROESTE COLONIAL DO RIO GRANDE DO SUL	Cristiele Tomm Deckert Sérgio Luís Allebrandt	2013	AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade
10	A Gestão Social no território da Cidadania noroeste Colonial do Rio Grande do Sul	Cristiele Tomm Deckert Sérgio Luís Allebrandt Jorge Oneide Sausen	2012	Editora UNIJURI
11	A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni	Luiz Alex Silva Saraiva Adriana de Souza Nunes	2011	RAP - Revista de Administração Pública
12	Gestão de pessoas na administração pública: o desafio dos municípios	Inês Maria Picoli Gemelli Eliane Salete Filippim	2010	RACE-Revista de Administração Contabilidade e Economia
13	RECOMENDAÇÕES EM AUDITORIA OPERACIONAL: UMA PROSPECÇÃO DE FRAGILIDADES, COM BASE NA INTELIGÊNCIA COMPETITIVA	José Francisco Ribeiro Filho, Jorge Expedito de Gusmão Lopes, Marcleide Maria Macedo Pederneras, Alan José de Moura Silva e Caio Eduardo Silva Mulatin	2010	REVISTA ADM
14	Os Conselhos Gestores Municipais como Instrumentos da Democracia deliberativa no Brasil	Virgílio César da Silva e Oliveira, José Roberto Pereira e Vânia A. R. de Oliveira	2010	CADERNOS EBAPE. BR
15	Varejo de serviço público: conceito, especificidades e aplicações no Brasil	Fernando de Souza Coelho, Antonio Roberto Bono Olenscki	2005	REA – Revista de Economia e Administração
16	A Efetividade e Independência das Agências Reguladoras: Uma Análise crítica da Anatel pelo prisma de suas competências	Marco Aurélio Ruediger Maria Sonalba Linhares	2004	O & S – Organizações e Sociedade
17	Avaliação de programas públicos: Desafios conceituais e metodológicos	Frederico Lustosa da Costa José Cezar Castanhar	2003	RAP - Revista de Administração Pública
18	Em Busca de uma Teoria da Burocracia Pública Não-Estatal: Política e Administração no Terceiro Setor	Humberto Falcão Martins	1998	RAC – Revista de Administração Contemporânea

Fonte: Elaboração Própria (2022).

As metodologias mais usadas nos artigos são: qualitativa, descritiva e exploratória, pesquisa de campo, entrevistas, aplicação de questionário, método observacional, pesquisa interdisciplinar, pesquisas bibliográficas, documental, método dedutivo.

A efetividade é fundamental para que os programas tenham o resultado esperado pelos gestores, pois através dela a população tem seus problemas amenizados ou solucionados e também com as implantações dos programas que visa beneficiar aqueles em situações de vulnerabilidade. Os gestores com suas tomadas de decisões procuram cumprir suas finalidades que é o bem comum da população. Saber aplicar bem os recursos públicos, da melhor maneira e em tempo hábil para que se tenha o resultado esperado.

QUADRO 03 – EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES POR ANO

98	03	04	05	10	11	12	13	15	16	17	18	19	20
01	01	01	01	03	01	01	01	02	01	1	1	1	2

Fonte: Elaboração Própria (2022).

Dentre os artigos aqui estudados, tem o de autoria de H Falcão Martins - Revista de Administração Contemporânea de 1998, que aborda acerca da efetividade no terceiro setor voltada para produção não lucrativa de bens públicos, com o tema, “ Em busca de uma teoria da burocracia pública não estatal: política e administração no terceiro setor, tem 34 citações no Google Acadêmico. Já o artigo e Varejo de serviço público: conceito, especificidades e aplicações no Brasil, faz um estudo descritivo sobre o varejo de serviço público, autores: Fernando de Souza Coelho, Antônio Roberto Bono Olenscki e tem 06 citações.

A Efetividade da cidadania no programa territórios da cidadania: um estudo de caso do noroeste colonial do Rio Grande do Sul (2013),este artigo buscou identificar e analisar a efetividade da gestão social no Território da Cidadania Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul e tem 07 citações e o autor mais citado foi o Tenório (2007), e Programas de subvenção às atividades de PDI: uma comparação em biocombustíveis no Brasil, EUA e Europa, Este artigo propõe um quadro analítico para comparação dos programas públicos de apoio, com foco nos processos de formulação, seleção e acompanhamento de projetos, tem 04 citações.

Em Uma abordagem sobre a eficiência, eficácia e efetividade dos projetos, este artigo tem o objetivo de avaliar a política pública ofertada pelo Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro, utilizou como principal método o estudo de caso, e a relação entre o desempenho de gestão e as variáveis que influenciaram a eficiência e a efetividade do programa Bolsa Família, neste artigo visou investigar esta relação,

os dados coletados foram estatísticas anuais e secundárias dos municípios de Minas Gerais no período de 2011 a 2017, e um dos autores mais citados foi Costa e Castanhar (2003).

Em “Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos” se enfatiza a necessidade de avaliar programas públicos diante do aprofundamento da crise fiscal e escassez de recursos métodos usados. Já o texto “A efetividade e independência das agências reguladoras: uma análise crítica da Anatel, o objetivo foi analisar as competências da Anatel, para verificar até que ponto as efetividades das suas competências impactam o alcance da sua missão institucional. Já no “Gestão de Pessoas na administração pública o desafio dos municípios”, este artigo trás uma revisão da literatura a cerca do conceito de Administração Pública.

No texto Recomendações em auditoria operacional: uma prospecção de fragilidade, com base na inteligência competitiva, verificou-se que era possível identificar fragilidades que comprometessem a eficácia das recomendações emitidas pelas auditorias operacionais realizadas pelo Tribunal de Contas do estado de PE, onde se utilizou do método dedutivo com pesquisa bibliográfica e documental, com análise de todas as recomendações das auditorias operacionais realizadas e julgadas pelo TCE/PE de 2003-2007.

No trabalho Os Conselhos gestores municipais como instrumento da democracia deliberativa no Brasil, se discute algumas premissas par que eles sejam de fato, alicerces da democracia deliberativa – entendendo-a como método para formação de decisões coletivas por meio do diálogo entre indivíduos politicamente iguais. Já o texto a Efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do PROUNI, neste artigo a pesquisa adotou uma perspectiva qualitativa tendo sido abordados bolsistas do PROUNI por meio de entrevistas semiestruturadas em profundidade, e este artigo analisa a efetividade de programas sociais de acesso à educação superior a partir da ótica de seus beneficiários. Em “A gestão social no Território da cidadania Noroeste Colonial do RS”, por meio de um estudo de caso, se apresenta reflexões sobre a dinâmica de funcionamento do programa.

Em “Avaliação de Políticas Públicas de Turismo: Aspectos Metodológicos e os Resultados da Avaliação do PRODETUR RN”, este artigo demonstra como foi o

processo de construção da metodologia de avaliação do programa, com base em indicadores e pesquisa de campo, e o autor mais citado é o Januzzi, Paulo de Martino (2009). Já em a “Políticas Públicas Estaduais para o Cooperativismo no Tocantins”, este artigo tem como finalidade analisar as políticas estaduais para o cooperativismo, e o método empregado foi investigação documental e bibliográfica.

Já o texto “Implementação de Políticas Públicas de Assistência Estudantil: estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade”, este artigo tem o objetivo de discutir, descrever e propor estratégias organizacionais de implementação de políticas públicas, a metodologia usada é de abordagem qualitativa apoiado em estudo de casos de Instituições Federais de Ensino Superior, coleta de dados, por meio de documentos, entrevistas semiestruturada e observações diretas.

Em “Análise de Impacto ex ante de Políticas Públicas: Desafios de uma Agência Reguladora no Desenvolvimento Local”, este artigo investiga os limites e as possibilidades de uma agência reguladora, e baseia-se na abordagem teórica de desenvolvimento endógeno, foram feitas coletas de dados a partir de documentos formais, e estudo de campo, e o autor mais citado foi D’Ascenzi, Lima (2017). E por fim, em “Avaliação de Políticas Públicas culturais - Modelo de Análise da Lei de incentivo à cultura”, essa pesquisa tem a finalidade de aproximar a contabilidade ao campo das políticas públicas culturais, por meio da avaliação de projetos e das ações anuais da lei, e o método usado foi à pesquisa qualitativa, descritiva e documental, e os indicadores.

QUADRO 04 – CONCEITOS DE EFETIVIDADE NOS ARTIGOS ENCONTRADOS NA BASE SPELL

CONCEITO	AUTOR
“Resumidamente, trata-se da sua capacidade operacional em maximizar resultados, minimizar recursos e orientar-se finalisticamente para resultados úteis, em conformidade qualitativa e quantitativa com as necessidades dos beneficiários de sua ação”	Humberto Falcão Martins
“Geração de impactos e de efeitos, mormente no longo prazo) dos serviços públicos”	Fernando de Souza Coelho Antonio Roberto Bono Olenscki
“Dessa forma, o alcance dos objetivos refere-se à relação entre os objetivos planejados e os alcançados”	TENÓRIO et al., 2010
“Refere-se à capacidade de se promover resultados pretendidos. Tratando-se de programas sociais, mede a proporção do projeto em relação a sua implementação e ao aprimoramento de objetivos, incorporado, de modo permanente, à realidade da população atingida”	Valarelli (1999) e Marinho e Façanha (2001).
“Mostra se aquele objetivo trouxe melhorias para a população visada”	Torres (2004),
“Indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos,	Segundo o manual da Unicef

socioculturais, institucionais e ambientais”	
“Significa fazer o que é preciso ser feito, ou seja, a capacidade de se atingir o objetivo definido”	Inês Maria Picoli Gemelli , Eliane Salete Filippim
“Que implica a “relação entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional, entre o impacto previsto e o impacto real de uma atividade”	(BRASIL, 2000, p.15).
É a verificação de resultados no sentido mais amplo, em uma perspectiva que procura observar se este ocasionou de fato mudanças na realidade sócia l que se propôs.	ARRETCHE, Marta (2009)
Relação entre execução de uma política e o sucesso ou fracasso no que tange à mudança das condições sociais da população beneficiária.	Josivaldo Alves da Silva, Airton Cardoso Cançado, Miguel Pacífico Filho
Decorre da mudança proposta à organização, em que os resultados desejados por ela estejam bem definidos e disseminados, de maneira integrada, gerando valor público para os atores sociais envolvidos.	SANDFORT, J. R.; MOULTON (2015)
Como uma medida de impacto, D’Ascenzi, complementar e mais ampla que eficácia e eficiência.	Luciano D’Ascenzi, Luciana Leite Lima
Relaciona-se ao retorno gerado para a sociedade	Carolina Edom Piccoli Aracéli Cristina de S. Ferreira, José Ricardo Maia de Siqueira

Fonte: Elaboração Própria (2022).

A seguir teremos os periódicos com mais citações, muito usados em artigos que abordam a efetividade na administração pública, em programas sociais do governo na busca de soluções para os problemas que surgem nas comunidades, e o trabalho em prol de todos para juntos atingir o objetivo comum para o bem de todos, buscando sempre um bom resultado.

QUADRO 05 – ARTIGOS QUE DISCUTEM O CONCEITO DE EFETIVIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS COM MAIS CITAÇÕES NO GOOGLE ACADÊMICO.

Nº	Título	Autores	Ano	Citações
01	Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos	Frederico Lustosa da Costa José Cezar Castanhar	2003	661
02	A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni	Luiz Alex Silva Saraiva Adriana de Souza nunes	2011	85
03	Gestão de pessoas na administração pública: o desafio dos municípios	Inês Maria Picoli Gemelli* Eliane Salete Filippim	2010	69
04	Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil	Virgílio Cézar da Silva e Oliveira, José Roberto Pereira, Vânia A. R. de Oliveira	2010	51
05	Em Busca de uma Teoria da Burocracia Pública Não-Estatal: Política e Administração no Terceiro Setor	Humberto Falcão Martins	1998	34
06	RECOMENDAÇÕES EM AUDITORIA OPERACIONAL: UMA PROSPECÇÃO DE FRAGILIDADES, COM BASE NA INTELIGÊNCIA COMPETITIVA	José Francisco Ribeiro Filho, Jorge Expedito de Gusmão Lopes, Marcleide Maria Macedo	2010	16

		Pederneiras, Alan José de Moura Silva e Caio Eduardo Silva Mulatinho		
07	A Gestão Social no território da Cidadania noroeste Colonial do Rio Grande do Sul	Cristiele Tomm Deckert ,Sérgio Luís Allebrandt ,Jorge Oneide Sausen	2012	08
08	A EFETIVIDADE DA CIDADANIA NO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: UM ESTUDO DE CASO DO NOROESTE COLONIAL DO RIO GRANDE DO SUL	Cristiele Tomm Deckert* Sérgio Luís Allebrandt	2013	07
09	UMA ABORDAGEM SOBRE A EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE DOS PROJETOS E AÇÕES, DE CUNHO SOCIAL, OFERTADOS PELO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Gustavo Afonso Santi Rossi ,Waldir Jorge Ladeira dos Santos	2016	07
10	Varejo de serviço público: conceito, especificidades e aplicações no Brasil	Fernando de Souza Coelho, Antonio Roberto Bono Olenscki	2005	06
11	Programas de subvenção às atividades de PDI: uma comparação em biocombustíveis no Brasil, EUA e Europa	Felipe dos Santos Pereira* Jose Vitor Bomtempo** Flavia Chaves Alves	2015	04
12	Políticas Públicas Estaduais para o Cooperativismo no Tocantins Uma Análise das Ações da Seagro no Período de 1988 a 2012	Josivaldo Alves da Silva, Airton Cardoso Cançado, Miguel Pacífico Filho	2017	04
13	Implementação de Políticas Públicas de Assistência Estudantil: estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade	Wandilson Alisson Silva Lima Eduardo Davel	2018	03
14	Análise de Impacto ex ante de Políticas Públicas: Desafios de uma Agência Reguladora no Desenvolvimento Local	Luciano D'Ascenzi, Luciana Leite Lima	2019	01

Fonte: Elaboração Própria (2022).

Os artigos estudados na base do SPELL trazem abordagens em diversas áreas sobre a efetividade, como Gestão social e de pessoas, o terceiro setor que envolve as entidades filantrópicas, varejo de serviços voltado para satisfazer as necessidades ou desejo dos consumidores finais, programa, setor de telecomunicação, política pública ofertada pelo poder judiciário, os modelos de democracia liberal, participativa, deliberativa, representativa, educação superior – PROUNI, políticas públicas de turismo, cooperativismo, efetividade da lei de incentivo a cultura, avaliação de políticas públicas, análise de impacto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou trazer o conceito de efetividade em diversos campos da Avaliação de políticas Públicas, verificou-se que o conceito de efetividade diverge de um autor para outro, e muitos desses autores com quantidades de citações utilizadas na elaboração do trabalho.

Alguns artigos que trazem o conceito de finalidade o compara com o uso de recursos disponíveis e obtendo o resultado desejado, com isso podemos entender que toda gestão procura ter efetividade não seu trabalho, ou seja, alcançado o objetivo dos programas implementados, para solucionar os problemas que surgem nas comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Julio Cesar; HABER, Melina Tostes. Controle jurídico das políticas públicas: uma análise a partir dos conceitos de eficácia, efetividade e eficiência. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**. Belo Horizonte, a. 17, n. 70, p. 257-280, out./dez. 2017.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, p. 7-10, 2003.

COSTA FL, CASTANHAR JC. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública** 2003; 37(5):962-969.

DA COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969 a 992-969 a 992, 2003.

DA SILVA, Josivaldo Alves; CANÇADO, Airton Cardoso; PACÍFICO FILHO, Miguel. Políticas públicas estaduais para o cooperativismo no Tocantins: Uma análise das ações da Seagro no período de 1988 a 2012. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 140-174, 2017.

D'ASCENZI, Luciano; LIMA, Luciana Leite. Análise de impacto ex ante de políticas públicas: desafios de uma agência reguladora no desenvolvimento Local. **RIGS-Revista interdisciplinar de gestão social**. Salvador, BA. Vol. 8, n. 2 (maio/ago. 2019), p.[87]-113, 2019.

DE JESUS ALVES, Simone Tiessa; LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; BEZERRA, George Eduardo. Relação entre o desempenho de gestão e as variáveis que influenciaram a eficiência e a efetividade do programa Bolsa Família. **Administração Pública e Gestão Social**, 2020.

DE LIMA, Renata Mayara Moreira; DA COSTA, João Bosco Araújo. Avaliação de Políticas Públicas de Turismo: Aspectos Metodológicos e os Resultados da Avaliação do PRODETUR em Parnamirim/RN (2005-2012). **Revista Turismo em Análise**, v. 26, n. 2, p. 451-474, 2015.

DE SOUZA COELHO, Fernando; OLENSCKI, Antonio Roberto Bono. Varejo de serviço público: conceito, especificidades e aplicações no Brasil. **Revista de Economia e Administração**, v. 4, n. 2, 2005.

DECKERT, Cristiele Tomm; ALLEBRANDT, Sérgio Luís. A EFETIVIDADE DA CIDADANIA NO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: UM ESTUDO DE CASO DO NOROESTE COLONIAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 2, 2013.

DECKERT, Cristiele Tomm; ALLEBRANDT, Sérgio Luís; SAUSEN, Jorge Oneide. a gestão social no território da Cidadania noroeste Colonial do rio grande do sul. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 88-118, 2012.

DOS SANTOS PEREIRA, Felipe; BOMTEMPO, Jose Vitor; ALVES, Flavia Chaves. Programas de subvenção às atividades de Pdi: uma comparação em biocombustíveis no Brasil, eua e europa. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 14, p. 61-84, 2015.

FALCÃO MARTINS, Humberto. Em busca de uma teoria da burocracia pública não-estatal: política e administração no terceiro setor. **Revista de administração contemporânea**, v. 2, p. 109-128, 1998.

FARIA, C. A. P. 2003. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, fev.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FILIPPIN, Eliane Salete; GEMELLI, Inês Maria Picoli. Gestão de pessoas na administração pública: o desafio dos municípios. **RACE-revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 9, n. 1-2, p. 153-180, 2010.

GARCIA, R. P. M. O lugar e o sentido da avaliação nas políticas públicas. In: GARCIA, R. P. M. (Orgs). **Avaliação de políticas públicas: concepções, modelos e casos**. Cruz das Almas, BA: UFRB, p. 21-37, 2020.

LIMA, Luciana Leite; STEFFEN, Mariana Willmersdorf; D'ASCENZI, Luciano. Políticas públicas. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. p. 35-82, 2018.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; DAVEL, Eduardo. Implementação de políticas públicas de assistência estudantil: estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade. **Revista Organizações em Contexto**, v. 14, n. 27, p. 53-91, 2018.

NANNI, Giovanni.; FILHO, José Camilo dos Santos. Importância da avaliação das políticas públicas educacionais. **R. Est. Pesq. Educ.**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 125-138, jan/jun. 2016.

PICCOLI, Carolina Edom; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de. Avaliação de políticas públicas culturais: modelo de análise da

efetividade da Lei de Incentivo à Cultura. **Sociedade, Contabilidade e Gestão. Rio de Janeiro: PPGCC/UFRJ. Vol. 15, n. 3 (set./dez. 2020), p.[166]-184, 2020.**

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

RIBEIRO FILHO, José Francisco et al. Recomendações em auditoria operacional: uma prospecção de fragilidades, com base na inteligência competitiva. **Revista de Administração da UFSM**, v. 3, n. 2, p. 191-204, 2010.

ROSSI, Gustavo Afonso Santi; DOS SANTOS, Waldir Jorge Ladeira. Uma abordagem sobre a eficiência, eficácia e efetividade dos projetos e ações, de cunho social, ofertados pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 3, p. 152-167, 2016.

RUEDIGER, Marco Aurélio; LEITÃO, Maria Sonalba Linhares. A efetividade e independência das agências reguladoras: uma análise crítica da ANATEL pelo prisma de suas competências. **Organizações & Sociedade**, v. 11, p. 89-102, 2004.

SARAIVA, Luiz Alex Silva et al. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. **Revista de Administração Pública**, v. 45, p. 941-964, 2011.

SECCHI, L. 2010. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning.

SILVA E OLIVEIRA, Virgílio César da; PEREIRA, José Roberto; DE OLIVEIRA, Vânia AR. Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil. **Cadernos Ebape. br**, v. 8, p. 422-437, 2010.

SILVA. José Afonso, **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**, 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2012. P.66.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 529-550, 2008.

WÖHLKE, Roberto et al. Análise de políticas públicas: o papel das instituições participativas na efetividade da política municipal de assistência social de Florianópolis no período de 2011 a 2015. 2016.

APÊNDICE A – QUADRO COM OS ARTIGOS QUE APENAS CITAM EFETIVIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS, MAS NÃO CONCEITUAM.

Nº	Títulos	Autores	Ano	Revista/Periódicos
01	Políticas Públicas de turismo Municipal: Uma Análise sob a ótica do orçamento Público no Município de Caruaru	Italo Soares, Islla Thairine da Silva Soares, Sandro Valença, Sueli Menelau	2022	RTC – Revista de Turismo Contemporâneo
02	Presença estatal no mercado de crédito: bancos públicos e crédito direcionado na crise de 2008	Lucas A. B. de C. Barros, Catarina Karen dos Santos Silva, Raquel de Freitas Oliveira	2021	R. Cont. Financeira
03	Dimensões dos Riscos nas Políticas de Combate à Violência Contra a Mulher Durante a Pandemia de COVID-19 em Aracaju (Sergipe).	Thaís Santos Doria, Gustavo Torres de Brito Daier, Kleverton Melo De Carvalho, Rosângela Sarmiento Silva	2021	AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade
04	O verso e o reverso da cooperação federativa e da difusão vertical de políticas para promover capacidade estatal nos municípios brasileiros	Grin, Eduardo José	2021	Administração Pública e Gestão Social
05	EMPREENDEDORISMO EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA ECONOMIA CRIATIVA BRASILEIRA	Magnus Luiz Emmendoerfer, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de Araújo, Josiel Lopes Valadares Mateus Cerqueira Anicio Morais	2021	REUNA
06	Contextos da política de águas e novas abordagens pela perspectiva das reformas administrativas no Brasil	da Trindade Junior, Adilson Pio	2021	Administração Pública e Gestão Social
07	Governança Pública: Análise Exploratória do Disclosure dos Municípios da Região Sul do Brasil	Gislene Daiana Martins, Blênio Cezar Severo Peixe	2020	Sociedade, Contabilidade e Gestão
08	Análise e Diagnóstico do Sistema Prisional Sergipano: Proposta de Melhorias através de Políticas Públicas	Antônio José Franca Júnior ¹ Nathalia Carvalho Moreira ² Thais Ettinger Oliveira Salgado ³ Baby de Fátima Barbosa Parisi ⁴	2020	RPPI – Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais
09	DESAFIOS À ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Hudson Augusto Silva de Castro ¹ Evaldo José da Silva ² Lidiane Nazaré da Silva Dias ³ Cristiano Descovi Schimith	2020	AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade
10	AValiação DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PESCA ARTESANAL NA AMAZÔNIA: CASO DE UMA COMUNIDADE PESQUEIRA	Islana Carvalho Baia da Silva ¹ Bruno Rafael Dias de Lucena ² Welson de Sousa Cardoso	2020	AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade
11	Respostas à pandemia em comunidades vulneráveis: uma abordagem de simulação	Vinícius Picanço Rodrigues, Igor Czermainski de Oliveira, Gisele de Lorena Diniz Chaves, Ellen Larissa de Carvalho Aquino, Cláudia	2020	RAP – revista de Administração Pública

		Viviane Viegas		
12	Construção de um modelo de análise de redes de políticas públicas em contextos de federalismo e de presidencialismo de coalizão	Luciana Nunes Goulart , Diego Mota Vieira	2020	Cad. EBAPE.BR
13	Perfil da Gestão Municipal no Estado do Pará: Um Olhar a Partir do Índice de Efetividade	Rodopiano Rocha da Silva Neto, Thiago Rodrigues Reis, Adagenor Lobato Ribeiro	2020	Revista Contabilidade, Gestão e Governança
14	PELOS CAMINHOS DAS PEDRAS: OS DESAFIOS DAS COOPERATIVAS NA MINERAÇÃO EM PEQUENA ESCALA	Alex dos Santos Macedo ¹ Alan Ferreira de Freitas ² Alair Ferreira de Freitas ³ Maria de Lourdes Souza Oliveira	2020	AOS - Amazônia, Organizações e Sustentabilidade
15	Uma análise do desempenho dos estados nordestinos na política de ciência, tecnologia e inovação entre 2000 e 2015	Bruno Setton Gonçalves, José Ricardo de Santana	2020	Revista Gestão & Tecnologia
16	Escolas de governo e redes de capacitação no setor público: perspectivas metodológicas para governança	Diogo Ribeiro da Fonseca Pedro Paulo Murce Meneses, Igor Guevara Loyola Souza, Pedro Paulo Teófilo Magalhães de Hollanda	2017	Rev. Serv. Público Brasília
17	FAMÍLIAS CIGANAS: um estudo sobre suas condições de vida	Izete Soares da Silva Dantas Pereira, Fabiana Lúcia da Silva Carvalho, João Dantas Pereira	2019	REVISTA INTERFACE
18	Atenção primária à saúde: uma análise a luz da eficiência técnica dos recursos no Estado de Minas Gerais	Kerla Fabiana Dias Cabral ¹ Marco Aurélio Marques Ferreira ² Rodrigo Siqueira Batista ³ Fábio Ribeiro Cerqueira ⁴	2019	Revista de Gestão e Sistemas de Saúde
19	Representação e Formação Cívica: Apoio às Políticas Públicas do Saneamento Básico	Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi ¹	2019	Editora Unijui
20	A TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PÚBLICO MUNICIPAL	Vanessa Unfried Fenner, Liana Laís Scheid, Dionéia Carlos Eduardo Ruschel Anes Dalcin,	2019	REVISTA PRÁTICAS DE ADMINISTRAÇÃO DE PÚBLICA
21	Efeitos intersetoriais e transversais e seus impactos sobre a efetividade das políticas públicas nos municípios do Ceará	Cláudio André Gondim Nogueira, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante Forte	2019	REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
22	COMPRAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LOCAIS NAS LICITAÇÕES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA MINEIRA	1Fernanda Rodrigues Drumond Chaves, André Luís Bertassi, Gustavo Melo Silva	2019	Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas
23	POLÍTICA PÚBLICA DE HABILITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO CONTEXTO DO TURISMO ¹	MARÍA BELÉN ZAMBRANO-PONTÓN, MAGNUS LUIZ EMMENDOERFER, LUIZ ANTÔNIO ABRANTES	2019	WWW.UNIVALI.BR/PERIO DICOS
24	Modelo de avaliação de satisfação dos agricultores familiares em relação	Daniel Teotônio Do Nascimento* Jerry Adriani	2018	Organizações em contexto

	ao programa de aquisição de alimentos do Governo Federal	Johann** Dirceu Basso		
25	INSTRUMENTOS DE CONTRATUALIZAÇÃO DE DESEMPENHO EM MINAS GERAIS: O ACORDO DE RESULTADOS E O PACTO PELO CIDADÃO PERFORMANCE	Karen Christine D. Gomes, Camilla Rafaela A. Maia, Gustavo Alves Cardoso, Kamila Pagel Oliveira, Otávio Martins Maia	2018	Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios
26	A SUBVENÇÃO ECONÔMICA COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO À INOVAÇÃO: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE EMPRESAS DE	Diogo Bezerra Borges, Micheline Gaia Hoffmann	2017	Revista Brasileira de Gestão e Inovação
27	INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA: UM PANORAMA DOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010	Ângela Leusin Mattiazzi1 Iara Denise Endruweit Battisti2 Edemar Rotta3 Letiane Ristow	2017	Revista de Gestão em Sistemas de Saúde - RGSS
28	O orçamento-programa e a execução das políticas públicas	Flavio Rosendo dos Santos, Andréa Roseli Moreira Cruz Jankoski, Antonio Gonçalves de Oliveira e Vanessa Ishikawa Rasoto	2017	Rev. Serv. Público
29	Empreendedorismo e Desenvolvimento Local Uma Análise do Programa Microempreendedor Individual em Minas Gerais	Donizeti Leandro de Souza1 João Batista de Souza2 Luiz Eugênio Veneziani Pasin3 André Luiz Zambalde4	2016	Editora Unijuí
30	A atuação do estado brasileiro na proteção dos refugiados: a distância entre a legislação e a garantia dos direitos humanos	Denise Mercedes Nunez Nascimento Lopes Salles, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves,	2016	Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais
31	Democracia e participação. Inovações democráticas e trajetória participativa no Brasil	Tiago Ventura	2016	Cad. EBAPE.BR
32	Planos diretores e participação política: políticas públicas de planejamento entre o empresariamento e o estatuto da cidade1	Jefferson O. Goulart, Eliana Tadeu Terzi, Estevam Vanale Otero	2016	Rev. Adm. Pública
33	CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO LOCAL	Rafael Morais Pereira1 Rúbia Fonseca Roberto2 Rodrigo Gava3 Edson Arlindo Silva	2016	Revista de Gestão em Sistemas de Saúde - RGSS
34	COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORT	Fábio Renner Mingori1, Sílvio Santos Junior2, Simone Sehnem2, Edson Luiz Kuzma2	2021	Editora Unijuí
35	A construção de uma elite burocrática: o caso dos gestores governamentais em Mato Grosso	Julio Cezar de Lara , Kelliton Rodrigues de Souza ,Maria Stella Lopes Okajima Conselvan , Vinícius de Carvalho Araújo	2015	Revista do Serviço Público
6	AValiação de desempenho de políticas públicas: construção do conhecimento com base na literatura internacional	Marcelo Medeiros da Rosa1 Sandra Rolim Ensslin2 Sérgio Murilo Petri3 Leonardo Ensslin4	2015	Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE
37	Arranjos institucionais de políticas públicas: aprendizados a partir de casos de arranjos institucionais complexos no Brasil	Gabriela SpanJosé Carlos Vaz Ghero Lotta,	2015	Revista do Serviço Público

38	Quando o Conselho de Política Pública é um espaço para a governabilidade? Gestão administrativa e apoio político a partir do espaço do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Anderson Nascimento Rafael	2014	Revista do Serviço Público Brasília
39	As Avaliações Vão Para a Gaveta? Uma revisão teórica dos fatores relacionados ao uso de avaliações de políticas públicas	Cynthia Helena de Oliveira Bechelaine1, Ivan Beck Ckagnazaroff2	2014	Contabilidade, Gestão e Governança
40	PROJETOS COLABORATIVOS DE P&D EM AMBIENTES DE INCUBADORAS E PARQUES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICOS: TEORIZAÇÕES DO CAMPO DE ESTUDO	Serje ScAlsones Balestrin hmidt,	2014	RAI – Revista de Administração e Inovação
41	Finanças públicas no Brasil: uma abordagem orientada para políticas públicas	Pedro Jucá Maciel	2013	Rev. Adm. Pública
42	Percurso recente da política penitenciária no Brasil: o caso de São Paulo1	Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz, Letícia Godinho de Souza, Eduardo Cerqueira Batitucci	2013	Rev. Adm. Pública
43	Audiências públicas: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo federal	Igor Ferraz Fonseca, Raimor Rodrigues Rezende, Marília Silva de Oliveira e Ana Karine Pereira	2013	Revista do Serviço Público
44	Governança Pública e Governabilidade: Accountability e Disclosure possibilitadas pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público como Instrumento de Sustentabilidade do Estado	Antonio Gonçalves OliveiraHilda Alberton Carvalho, Dayanne Paretti Corrêa	2013	REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade
45	A governança como instrumento para a sustentabilidade da (res)pública: da aplicação no mundo corporativo à Administração Pública	Luciane Mialik Wagnitz Linczuk Antonio Gonçalves de Oliveira	2012	REVISTA MINEIRA DE CONTABILIDADE
46	Orçamento e desempenho municipal: uma análise comparada da qualidade do gasto público nas políticas sociais	Pedro Cavalcante e Cecília Lariu	2012	Revista do Serviço Público
47	ÁGUAS NO RURAL DO SEMIÁRIDO MINEIRO:UMA ANÁLISE DAS INICIATIVAS PARA REGULARIZAR O ABASTECIMENTO EM JANUÁRIA	Vanessa Marzano Araújo, Eduardo Magalhães Ribeiro, Ricardo Pereira Reis,	2010	Organizações Rurais & Agroindustriais
48	INOVAÇÕES NA POLÍTICA PÚBLICA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: CONTRIBUIÇÕES DA METODOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (DRS)	Juarez Azevedo de Paiva, Israel José dos SaAbdon Silva Ribeiro da Cunha ntos Felipe, Sandro Marcílio de Oliveira Filho, Washington José de Souza	2010	INTERFACE
49	Desenvolvimento local e a construção de uma nova territorialidade: a implantação do Programa Territórios da Cidadania no Norte Pioneiro do Paraná	Eliana B. M. Lopes1 e Maria Teresa Miceli Kerbau	2009	CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA
50	Orçamento orientado a resultados: instrumento de fortalecimento democrático na América Latina?	Martin Francisco de Almeida Fortis	2009	Revista do Serviço Público
51	O BALANÇO SOCIAL COMO FERRAMENTA DE TRANSPARÊNCIA PARA O SETOR PÚBLICO MUNICIPAL	Márcia Rosane Frey, Juliana Luisa Marcuzzo, Carine de Oliveira	2008	Revista Universo Contábil

52	Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória	Marcelo Feijó Martins, Simone Martins, Adriel Rodrigues de Oliveira e Jéferson Boechat Soares	2008	Revista do Serviço Público
53	Considerações sobre o trabalho escravo no Brasil do século XXI	Samuel Antunes Antero	2007	Revista do Serviço Público
54	GOVERNO ELETRÔNICO E DEMOCRACIA – UMA ANÁLISE PRELIMINAR DOS IMPACTOS E POTENCIALIDADES NA GESTÃO PÚBLICA*	Marco Aurélio Ruediger	2002	o&s
55	Evaluación de la gestión pública: conceptos y aplicaciones en el caso latinoamericano	Sonia Ospina Bozzi	2001	Revista do Serviço Público
56	Nem privado nem estatal: em busca de uma nova estratégia para a provisão de serviços públicos	Carlos Antonio Morales	1998	Revista do Serviço Público
57	Humanization and Perception of Effectiveness of Brazilian Healthcare System	Pontes Ferreira, Claudia; Pereira Bastos, Sérgio Augusto	2022	Administração Pública e Gestão Social
58	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL DO CENTRO DE TRATAMENTO DE QUEIMADOS DO HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL: produtos e perspectivas	Raquel Dié Maia ¹ Marcos Fernando Machado de Medeiros ² Maria Teresa Pires Costa ³ Diego Cristóvão Alves de Souza Pa	2020	REVISTA INTERFACE
59	A Política Pública de Economia Solidária como alavancagem da viabilidade dos empreendimentos: o caso do CESOL - Bahia	Maria do Carmo Romeiroa José Wilton Fonseca-Silva. Flavio Galio Araujo Dutra, Tânia Márcia de Freitas	2020	Gestão & Regionalidade
60	Transparência e Dados Abertos Governamentais: Possibilidades e Desafios a Partir da Lei De Acesso À Informação	Ana Júlia Possamai/Vitoria Gonzatti de Souza,	2020	Administração Pública e Gestão Social
61	Inovação na Gestão Pública como “Possibilidade Objetiva”: O Caso do Pacto pela Educação de Pernambuco sob a Ótica da Administração para o Desenvolvimento	Rani Ferreira de Sousa, Jessica	2019	Administração Pública e Gestão Social
62	Transferência de tecnologia na política de offset: o caso do plano de expansão da radioterapia	Myller Augusto Santos Gomes; João Luiz Kovaleski; Regina Negri Pagani; Gilberto Zammar	2019	ISSN 2237
63	UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE MUDANÇA EM CONTABILIDADE EM UM GOVERNO LOCAL SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA	Luciano Gomes dos Reis, Carlos Eduardo Facin Lavarda,	2017	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade
64	Licitação sustentável como promotora de competitividade	Déborah Machado de Oliveira, Sabrina Alves dos Santos, Marcelo Roger Meneghatti, Geysler Rógis Flor Bertolini	2016	CAP- Accounting and Management
65	INDICADORES NA GESTÃO PÚBLICA E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL: UMA ANÁLISE DO PRÊMIO “MUNICÍPIOS QUE FAZEM RENDER MAIS”	Oderlei Ferreira dos Santos Monica Franchi Carniello Jorge Luiz Knupp Rodrigues	2014	Gestão e Desenvolvimento
66	A AGENDA AMBIENTAL PÚBLICA: BARREIRAS PARA A ARTICULAÇÃO ENTRE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E AS NOVAS DIRETRIZES DA	Maria Gracinda Carvalho Teixeira, Luís Peres Azevedo	2013	REAd – Revista Eletrônica de Administração

	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA			
67	Avaliação de Políticas Públicas Culturais – Modelo de Análise da Efetividade da Lei de Incentivo à Cultura	Carolina Edom Piccoli, Aracéli Cristina de S. Ferreira, José Ricardo Maia de Siqueira	2020	Sociedade, Contabilidade e Gestão
68	REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS E O RESGATE DA ESFERA PÚBLICA	SUYLAN DE ALMEIDA MIDLEJ E SILVA	2011	APGS –Administração Pública e Gestão Social
69	A construção da Lei de Acesso à Informação Pública no Brasil: desafios na implementação de seus princípios	Eneida Bastos Paes	2011	Revista do Serviço Público
70	A gestão de pessoas como um recurso estratégico	ONU/Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais	2006	Revista do Serviço
71	Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual	Denis Alcides Rezende** Clovis Ultramar	2007	RAP- Revista de Administração Pública